



## Educação escolar, pública e a lei 10.639/03 para “formadores de opinião”

Por JORGE ALVES DE OLIVEIRA

jorafro@gmail.com

### Educação escolar, pública, a Lei 10.639/03 e a filosofia

A primeira ideia a ser fixada neste início de texto é o entendimento de que uma ‘educação escolar, pública’ é aquela que lança mão de todos os esforços e meios para que os novos efetivamente se apropriem do conteúdo ofertado e os aplique no meio em que vivem promovendo a emancipação e com ela ações de justiça fazendo prevalecer a dignidade de todos. A ideia de “educação escolar, pública” presente no título acima não se confunde assim com o entendimento corrente de algo que ocorra apenas em uma instituição gerenciada e subsidiada pelos governos: municipal, estadual ou federal. É preciso dizer também que vai além das incorporações expressas em slogans como, por exemplo: “educação escolar para todos”. É neste contexto do entendimento de educação escolar, pública que deve ser vista a Lei 10.639/03.

A Lei torna obrigatória a inclusão do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos dos estabelecimentos de ensino públicos e particulares da educação básica. Trata-se da alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que deve ser compreendida como uma vitória das lutas históricas empreendidas pelo Movimento Negro em prol da educação. (GOMES, 2011, p. 40)

Atenção especial para a última parte do texto citado onde se diz das origens da lei pois aí encontra-se o espírito da mesma. A lei se refere ao fato histórico-social de uma população basilar da formação do país constantemente preterida dos espaços decisórios da sociedade e que vê seus novos em meio a uma luta insana pró identidade. A educação escolar, pública, pode e deve ser o diferencial promotor de novas formulações e configurações refletindo no conjunto social como um todo. O desenvolvimento desta ideia, portanto, é este.

É sabido que na educação escolar, intencionalmente, os adultos fazem recortes estabelecendo quais conteúdos serão ofertados aos novos – crianças, adolescentes e jovens – segundo suas respectivas idades e suas capacidades intelectuais. Tais recortes também





atendem a uma posição política, a uma concepção social, ao contexto histórico e as visões de mundo que o compõe. Deste recorte surgem os chamados currículos. Libâneo (2001) apresenta o currículo nestes termos:

O currículo é o conjunto dos vários tipos de aprendizagens, aquelas exigidas pelo processo de escolarização, mas também, aqueles valores, comportamentos, atitudes, que se adquirem nas vivências cotidianas na comunidade, na interação entre professores, alunos, funcionários, nos jogos e no recreio e outras atividades concretas que acontecem na escola que denominamos ora de currículo real, ora de currículo oculto (p.101)

É significativo observar na citação de Libâneo a tensão entre o “currículo real” aquele intencionalmente proposto às unidades escolares e o “currículo oculto” que se instaura como exigência do grupo, pois é frente a isto que os profissionais da educação<sup>1</sup> são desafiados a proporcionar uma educação escolar, pública. Os saberes oficiais que devem ofertar necessita contemplar também as demandas específicas sem a qual a leitura do mundo ficará prejudicada, quando não impossibilitada e sem esta atenção a educação escolar deixa de ser pública.

Os adultos ainda lançam mão de ações e de materiais específicos chamados de pedagógicos e de didáticos com o propósito de melhor alcançar os objetivos traçados. Evidentemente que tais recortes também aqui ocorrem diante de uma conjuntura histórica, social-política-econômica, onde se apresentam as complexidades próprias das relações interpessoais e das relações com o meio.

Neste sentido os adultos carregam a responsabilidade de preservarem a tradição, de recortá-la, de apresentá-la aos novos realizando ações para que estes se apropriem dela mesmo sabendo que o que está sendo ofertado será substituído por outras leituras de mundo

---

<sup>1</sup> No atual Plano Nacional de Educação (2014-2024) retoma-se a expressão ‘profissionais da educação’ explicitada no texto-referência do CONAE-2014 que diz: “Por profissionais da educação a lei considera todos aqueles que estão em efetivo exercício na educação básica, formados em cursos reconhecidos.” E acrescenta [...] “temos, ainda, os profissionais da educação que atuam na educação superior.” São professores (Eixo 6, Parágrafo 383). Ao longo de todo este texto, salvo observação específica, ‘profissionais da educação’ são, também, todos os demais adultos que compõem as diversas equipes que atuam no espaço escolar. Cada qual no exercício da sua função e na relação que criam entre si, com os estudantes e com a comunidade escolar contribuem no processo formativo.



e suas respectivas produções resultantes das relações que virão. É o que Arendt (2003) constatou sobre a ação do professor frente ao passado e o futuro, diz:

O problema da educação no mundo moderno está no fato de, por sua natureza, não poder esta abrir mão nem da autoridade, nem da tradição, e ser obrigada, apesar disso, a caminhar em um mundo que não é estruturado nem pela autoridade nem tampouco mantido coeso pela tradição. (p. 246)

De fato os profissionais da educação tem algo a dizer aos novos e está na sua obrigação dizê-lo, mas é sabedor de que outras relações serão construídas produzindo constantes formatações. Cabe, portanto saber dosar a sua intervenção não ocultando nem abdicando-se do seu papel, mas sendo um entusiasta a chamar os novos para outras incursões. A dimensão que se quer enfatizar de ‘educação escolar, pública’, portanto é esta onde o conteúdo ofertado possibilita um conhecimento que permite aos novos transitar entre a tradição, o conhecimento consolidado pela/na história da humanidade que dá a condição de localização neste espaço em que se vive ao mesmo tempo em que se projeta para novas incursões incertas e imprevisas. O caráter público, portanto, reside no trânsito que se faz com o passado, o presente projetando para o futuro e, como este é construção no limite só é possível dizer daquilo que se quer: emancipação, justiça e dignidade.

Educação escolar, pública, tem o compromisso com a emancipação e neste sentido é oportuno tomar por referência Adorno (1995) quando diz: “A exigência de emancipação parece ser evidente numa democracia.” (p. 169) Democracia que se funda na participação de todos e pede intervenções precisas de todos os segmentos. Uma educação escolar, pública, portanto que possibilite a superação do medo ou da acomodação de se expor por meio dos saberes que foram ofertados, apropriados e ressignificados pela pessoa dentro do seu contexto. Alguém emancipado, exercitado na fala, que domina a palavra tem a coragem do enfrentamento daquelas questões que fazem a diferença na vida de todos e neste sentido é também um “formador de opinião” em meio a outros tantos, seus pares. É ainda Adorno que diz:

Para precisar a questão, gostaria de remeter ao início do breve ensaio de Kant intitulado “Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?”. Ali ele define a menoridade ou tutela e, deste modo, também a emancipação, afirmando que este estado de menoridade é auto-inculpável quando sua causa não é a falta de entendimento, mas a falta de decisão e de coragem de servir-





se do entendimento sem a orientação de outrem. “Esclarecimento é a saída dos homens de sua auto-inculpável menoridade”. (p. 169)

Colocar-se como “formador de opinião” é portanto resultado direto da superação do medo de se expor, medo superado porque há uma visão de mundo minimamente estruturada, mas que agora é expressa como contribuição na construção ampla da leitura do mundo pelo grupo. É objetivando esta emancipação que a educação escolar pública pratica e promove a justiça. Aqui o suporte é Aristóteles (1999) e a ideia de justiça enquanto equidade. As razões são estas: “[...] o equitativo, embora seja melhor que uma simples espécie de justiça, é em si mesmo justo, e não é por ser especificamente diferente da justiça que ele é melhor do que o justo. A justiça e a equidade são portanto a mesma coisa, embora a equidade seja melhor.” (p. 109) A leitura de Aristóteles requer atenção não tanto na sua gramática, mas sobretudo, na ressignificação dos conceitos. Praticar a justiça pode ser um ritual sumário onde se avalia a ação realizada a partir de um rol de orientações, de leis, determinando que as conformidades foram justas e as inconformidades foram injustas. Outra coisa, porém é a contextualização desta ação e das condições daquele que a realizou. E aqui reside o problema tal como o próprio Aristóteles percebeu: “O que cria o problema é o fato de que o equitativo ser justo, mas não o justo segundo a lei, e sim um corretivo da justiça legal. A razão é que toda lei é de ordem geral, mas não é possível fazer uma afirmação universal que seja correta em relação a certos casos particulares.” (Idem, p. 109) É importante que a leitura atenta revele a complexidade do problema e que o indicativo para o seu tratamento não seja tomado como uma relativização inconsequente. Fazer justiça por equidade requer das pessoas conhecimento amplo, o pensamento emancipado e discernimento para tomar decisões firmes. É reconhecer com isso que na condição humana de seres em construção por mais que seja pensada e definida sempre haverá a possibilidade de algo diferente não pensada muito menos definida exigindo uma nova análise avaliativa. Assim a proposição aristotélica da equidade apresenta-se como “corretivo da justiça legal” algo exigente e desafiador em todos os sentidos.

Por fim, a educação escolar, pública, afina-se com os esforços para que a dignidade humana não seja ferida. Frente aos vários estudos do tema a opção feita remete ao jurista Comparato (2003):





[...] a dignidade da pessoa não consiste apenas no fato de ser ela, diferentemente das coisas, um ser considerado e tratado, em si mesmo, como um fim em si e nunca como um meio para a consecução de determinado resultado. Ela resulta também do fato de que, pela sua vontade racional, só a pessoa vive em condições de autonomia, isto é, como ser capaz de guiar-se pelas leis que ele próprio edita. (p. 21)

Educar, portanto na perspectiva de que seja algo pública é ater-se ao fato de que aqueles novos trazem consigo uma dignidade para além das suas condições físicas, econômicas sociais e, substantivamente, étnicas. Uma educação escolar que acima de tudo contribua para que possam crescer enquanto pessoas que são e promover ações em que outras pessoas também sejam pessoas. Tal postulado se faz presente na tese freiriana da pedagogia do oprimido que diz:

[...] esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de cria-la, não se sentem idealisticamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores de opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. (FREIRE, 1987, p. 30)

Ainda, uma educação que possibilite a reparação das feridas abertas pela violência promovida contra a dignidade dos que lhes antecederam, mas sem repetí-las, tal como disse Adorno. Se a referência deste texto é a Lei 10. 639/03 e portanto se refere ao projeto escravocrata efetivado nesta terras, o autor tem em sua frente as lembranças de Auschwitz, diz: “A exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação.” (ADORNO, 1995, p. 119). Em uma palavra: educa-se para que os erros não se repitam. Educa-se para promover o novo reafirmando a vida.

É dentro desta perspectiva de reparo e de promoção da dignidade que se apresenta a Lei 10.693/03 pois uma parcela expressiva da sociedade não se faz presente no espaço escolar, não é contemplada pelas ações que ali são desenvolvidas e ao final do processo escolar sentem-se mais distanciadas ainda do contexto histórico-social que se encontram. Tudo aquilo que contraria uma educação escolar que se deseja pública. Neste sentido uma atenção especial à filosofia, aquela do currículo escolar, que não pode se eximir da responsabilidade de ajudar a pensar este estado de coisa. Há um incômodo latente no espaço escolar e no seu entorno que precisa ser expresso e acima de tudo acolhido e é próprio da filosofia o convívio e o tratamento dos incômodos mesmo que estejam “apenas” no “currículo



oculto” de Libâneo. Aqueles que pensam filosoficamente trazem consigo um *éthos* marcado pelo ‘incômodo filosófico’ que os faz problematizar o que se apresenta como contexto histórico e pelo ‘exercício da fala’ cotejá-lo a fim de ressignificar os conceitos, as ações possibilitando a identificação daquilo que afasta a todos da emancipação, da justiça e dignidade. São, portanto com estes elementos que se deseja abordar a questão étnica negra redimensionando os fins que se deseja com a educação escolar, pública fundamentalmente aqui: fazer com que estes novos negros sejam “formadores de opinião”.

### O ‘incômodo filosófico’ pergunta: que pessoa se quer no final do processo escolar?

A resposta para esta pergunta é também um posicionamento dos adultos, profissionais da educação, bem como de todos aqueles que cercam a unidade escolar. É a pergunta central, pois é dela e com ela que se tem o currículo, as ações e as práticas pedagógicas, a perspectiva ou não de esperança para o mundo. Tal pergunta em última instância pode ser formulada desta forma: o que se quer construir com o outro? E para que a pergunta seja respondida há que se considerar a existência de alguns passos sendo o primeiro: reconhecer a existência do outro. Este “outro” que é sempre o diferente do “eu” e nesta condição alguém que revela algo do/ao “eu”, alguém que coloca em xeque o “eu”. Este “outro” nestas condições nem sempre é alguém bem-vindo e não são poucos os relatos de animosidade entre o “eu” e o “outro”. A história apresenta embates cruéis que provocam indignação pois ou o “eu” ou o “outro” agiram de forma efetiva para destruir, eliminar, exterminar um ao outro.<sup>2</sup> No contexto deste texto tenha-se presente o projeto escravocrata colonial realizado no Brasil sem o qual os portugueses teriam sérias dificuldades de levar a cabo o processo de invasão e de ocupação destas terras. O aprisionamento físico não estava, como não está descolado do aprisionamento mental que objetiva entre outros aniquilar a ideia que se tem de si mesmo.

Assim, admitindo a presença do “outro” até para poder eliminá-lo segue a problematização incômoda: o que se quer construir com o outro? Pode parecer estranho mas para destruir o “outro” é necessário um construção. O que se viu ao longo da história foi a

---

<sup>2</sup> Esta relação conflitiva do “eu” e o “outro” pode ser aprofundada com as leituras de Bauman, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. RJ: Jorge Zahar Editor. 1988. e de Freud, S. *O mal-estar na civilização*. RJ: Imago. 1977.





negação da pessoa do “outro” objetivando assim legitimar a ação de extermínio. As teses como: “africano não tem alma” ou “escravo é coisa” possibilitaram a exploração de sua força, de sua mente, do seu ser e como tal agora objeto algo coisificado peça de troca, compra e venda. Nestes dias os discursos são outros e podem ser ilustrados desta forma: “basta a estas crianças uma merenda e um lazer, pois não vão aprender mesmo”. “Para o trabalho que irão exercer basta escrever o nome e fazer algumas operações básicas, o resto a vida ensina.” Estas são algumas construções que se tem presentes na sociedade e que florescem no espaço escolar negando a educação escolar na sua dimensão pública.

O “construir com o outro” implica em admitir e fazer ver que o “eu” e o “outro” são diferentes, mas que podem dialogar e possuem muitas coisas em comum para além da simples, mas não complexa, sobrevivência. Como apresentado anteriormente ao se falar de Arendt os adultos precisam ofertar ao novos a tradição para que estes possam construir o seu mundo e assim a história não findar. Este é o posicionamento que pede uma “declaração de amor ao mundo”, tal como faz Ardent (2003, p. 247) e não aos valores privados que mesmo sendo legítimos estão aquém dos valores públicos. O “incômodo filosófico” se faz presente pois o que está em jogo é a resignificação dos conceitos e dos valores que pautam as ações dos adultos, dos educadores, e de todos que atuam a esfera educacional dos novos.

### **O ‘incomodo filosófico’ pergunta: que cidadão e trabalhador se quer ofertar à sociedade?**

Aqueles mais incomodados com as questões apresentadas talvez tenham se lembrado dos documentos oficiais e estejam elaborando suas respostas a partir dos mesmos. Desta forma, orientados pela atual Lei de Diretrizes e Base da Educação para as questões postas têm-se três apontamentos: O primeiro que diz que se educa para o exercício da cidadania (Art. 35, II). O segundo apoia-se na educação voltada para o ingresso no mercado de trabalho (Art. 35, II). O terceiro, enfim, faz referência ao aprimoramento da pessoa humana enquanto a sua “formação ética”, “o desenvolvimento da autonomia intelectual”, “o desenvolvimento do pensamento crítico”. (Art. 35, III)





O exercício filosófico, presente no ‘incômodo filosófico’ terá que perguntar: que cidadão é este? E, mesmo que se acrescente cidadão “crítico” ainda caberá a pergunta: crítico em relação a quê? Pois na condição de cidadão ele poderá se opor a reconhecer a legitimidade do “outro, o diferente”! Na condição de trabalhador ele poderá referendar as práticas excludentes que se fazem presentes na atual sociedade agravando ainda mais o processo de reparação. Tais possibilidades são reais e extrapolam o alcance da educação escolar, pública, pois se não houvesse a “possibilidade de ...” não estaria como pauta de reflexão a educação escolar, mas sim um adestramento ou algo semelhante a tal. Esta observação, contudo, não retira os esforços para que no espaço escolar e, em especial, na sala de aula os novos exercitem a fala e por meio dos textos filosóficos construam referências públicas e avaliem os possíveis cenários que contribuem com a emancipação, justiça, dignidade, anteriormente desenvolvidas.

### **O ‘incomodo filosófico’ vê no ‘exercício da fala’ as possibilidades de construção com o outro**

A grande demanda que se coloca para a educação escolar, que se quer pública, é a promoção do “exercício da fala”. Aquilo que Freire (1987) sentenciou: “A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo.” (p. 78) Vale o registro que nestes tempos a humanidade conquistou via a tecnologia da comunicação uma situação impar para a manifestação de suas opiniões. As pessoas se posicionam refletidamente ou não sobre os mais impensáveis temas acreditando assim fazer valer o princípio da liberdade de expressão. No espaço escolar os novos falam e muitos são punidos tidos como indisciplinados por não saberem se conter. Ocorre que estas falas podem ser potencializadas para os fins públicos anteriormente apresentados. É neste momento que o “exercício da fala” precisa ser realizado.

O “exercício da fala” possibilita dizer a palavra que auxilia a dizer o mundo. É o mesmo exercício que forma e expressa uma visão de mundo, na linguagem da filosofia. Neste sentido esta palavra, esta “visão de mundo” orienta as ações, retira a complexidade e direciona o olhar dos demais para as questões que se quer como central. Mas, que se note: esta palavra







não é pronunciada sozinha, nem é dita por outra pessoa substituindo ou negando o “eu”. Freire (1987) é pontual nesta questão:

Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la *para* os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais. (p. 78)

Dizer a palavra com o outro é interpretar o mundo comum, é intervir neste mundo comum, é construir com o outro o mundo para ambos. Uma ação com o outro. Para tanto é necessário que ambos tenham voz e que esta voz seja ouvida e mais do que isto, que ela seja considerada. Frente ao exposto sobre a fala disseminada, o “exercício da fala” e da fala compartilhada tem-se o contraditório personificado na pessoa do comentarista o profissional da comunicação reconhecido e remunerado para emitir interpretações, análises e posicionamentos. O comentarista chamou para si a responsabilidade de ser aquele que domina a palavra e com ela pontua todas as questões presentes na sociedade e o faz legitimado ora pela sua formação acadêmica, ora pela sua produção material e sucesso financeiro, ora pela sua experiência de vida, ora pela sua percepção e capacidade de síntese, entre outros.

Com um pouco de atenção será fácil perceber a presença dos comentaristas nas mídias. Para melhor focar o que segue atenção para dois segmentos: a televisão e o rádio. A sequência é quase padrão: as âncoras dos programas ou os personagens centrais do programa seguidos das imagens que mostram um fato ou uma situação específica conduzida pelo repórter e na sequência o comentarista especializado no tema ou não tecendo as possíveis vias de interpretação. Quando não o comentarista dirige os olhares, as atenções enquanto as imagens ficam expostas e o telespectador vai assim orientado. A reprodução daquela fala na maioria das vezes é tão espontânea que a pessoa acredita ser sua, ou no limite ser a única leitura possível. Neste sentido ele é também o “formador de opinião”.

Tal cenário é apresentado aqui para que se dimensione a importância do ‘exercício da fala’ no espaço escolar objetivando que os novos possam se equipar de elementos para que também eles se coloquem como comentaristas, não para roubar a palavra do outro, mas para poder contrapor-se a ela para poder trocar com ela, para poder construir com ela ou a partir



dela, mas não fechar-se frente a ela no silêncio passivo. Aquele comentarista como se apresenta aqui é o grande ‘formador de opinião’ e nesta condição tem um poder sobre os demais e não raras as vezes silencia a palavra de todos. Com mais intensidade ainda é o mesmo processo que ocorre no rádio e com um detalhe: não há imagem. No limite se visualiza o estúdio que abriga a equipe ao vivo. Em meio ao trânsito, aos afazeres domésticos, à caminhada, no ambiente de trabalho fora de casa os comentaristas se fazem presentes. Suas ideias, seus apontamentos, suas visões de mundo chegam nos mais variados setores da sociedade e, tal como na televisão vão pautando a vida de todos, emudecendo por vezes as vozes de muitos. Mas, se tudo isto já se constitui em grande problema há ainda mais um agravante a ser somado, a saber: a presença rarefeita, para não dizer ausência total de negros como comentaristas. E o que isto implica? Implica que os “formadores de opinião” leem e traduzem o mundo com o seu universo branco e na grande maioria, universo masculino. Os números que se apresentarão a seguir ilustram o que se quer dizer sobre os “formadores de opinião”.

### **O ‘incomodo filosófico’ delimitou assim a sua pesquisa**

A opção que se fez leva em conta os profissionais que formam as equipes de esporte. São várias as razões para que se faça este recorte dentre elas a visibilidade que é dada ao futebol que se transforma em sonho para muitos estudantes e pais destes novos que visualizam nesta prática esportiva a possibilidade de ascensão social e financeira. Chama a atenção também a abrangência de temas que cercam o futebol tais como: a gestão, a economia, a violência, a saúde, o trabalho em equipe, o homossexualismo entre outros e, evidentemente: o racismo. É um mundo masculino, mas que flerta com todas as demandas do humano: vaidade, inveja, soberba, fraqueza, temeridade, inconstância. É o mundo do humano que se quer fazer herói.

Uma equipe esportiva é composta basicamente de um locutor que narra o jogo, de um repórter que municia a todos com as informações necessárias para se acompanhar o jogo, trazendo ainda a voz dos principais envolvidos com o evento, e do comentarista que tem a função de “ler o jogo”, traduzir às pessoas o que ocorre em campo. A maioria das emissoras ainda produzem programas específicos objetivando repercutir o jogo e acima de tudo apresentar contextos reais ou hipotéticos do que virá ou do que poderia ter sido. É neste





contexto que os temas sociais e as demandas humanas vão surgindo e sendo abordadas segundo a visão de mundo de cada profissional sendo alguns mais teóricos outros mais intuitivos. O fato é que neste momento eles são “formadores de opinião” e como tal ditam a pauta das conversas no momento do programa e nos dias subsequentes. Tendo estas considerações em mente fez-se uma tabela procurando localizar quem são os locutores, quem são os repórteres, quem são os comentaristas e quem são os âncoras. Depois, selecionou-se as emissoras de televisão e do rádio levando-se em conta aquelas que têm mais audiência no sentido de estarem mais em evidência. Por meio da internet, entrando no próprio site da emissora ou nos site afins localizou-se os profissionais e seus perfis. Para efeito de trabalho não será registrado o nome das emissoras que serão substituídos por emissora 1, emissora 2, consecutivamente.

Emissora de tv	narrador	comentarista	reporter	âncora
1	0	0	1	0
2	2	1	0	1
3	0	1	0	0
4	0	0	0	0

Emissora de rádio	narrador	comentarista	reporter	âncora
1	0	0	0	0
2	0	1	0	0
3	0	0	0	0
4	0	0	0	0
5	0	0	0	0

Tem-se com isto uma realidade bem concreta que reflete o quadro nacional: os comentaristas, “os formadores de opinião”, em sua maioria são brancos e homens neste evento futebol que é o mais popular do país e que conta com uma expressiva presença de negros jogadores, torcedores, telespectadores, ouvintes sem se esquecer dos internautas. O que se postula com isto é o esforço redobrado para que a educação escolar, pública, possibilite aos estudantes negros as condições efetivas para que eles se apresentem também como



“formadores de opinión” e se façam ouvir e ser considerados. As ações educativas possuem seus limites e não podem muda as regras do jogo da sociedade, mas realizar o ‘exercício da fala’ e tudo o que o cerca é o compromisso maior de uma instituição que se quer pública. E qual é o benefício prático para a sociedade? Mais do que ter um representante neste meio é oferecer ao conjunto social uma outra visão de mundo que pode contribuir significativamente com todos. Nestes tempos de polifonia de falas livres é um ultraje à humanidade querer ater-se a uma única voz.

### **O ‘incomodo filosófico’ e o ‘exercício da fala’ como compromisso para fazer valer a Lei 10.639/03**

Já em vias de fechamento deste texto resta delinear o que se entende por “exercício da fala” objetivando com isto a formação destes novos enquanto outros comentaristas “formadores de opinião”. O ‘exercício da fala’ é composto por três etapas que se completam e partem de um ponto comum: o do ‘incômodo filosófico’, ou seja, da percepção de que algo está desajustado ou que o ajuste existente não tem mais significado para ao contexto atual. Frente a isto a pessoa instigada por outros ou os instigando inicia o processo:

#### 1. Buscando a palavra que signifique o mundo

O que se coloca é o desafio em busca da palavra que diga algo a todos, pois as questões são de todos. Para tanto o exercício começa por fazer com que a fala e a escrita articulem as palavras de tal forma que expressem ideias, interpretem um fato, que, em suma, auxiliem na significação do mundo que é comum a todos. Neste primeiro momento é importante que o grupo dê atenção às perguntas problematizando os fatos, os posicionamentos, as ações identificando assim o que será o foco das próximas abordagens a serem ressignificadas.

#### 2. Possibilitar a fala é indissociável da oferta de repertório.

Para que se busque aquela palavra é necessário que se tenha um repertório comum. Neste sentido a literatura, em especial, a literatura filosófica se apresenta como oportuna. Ela, a leitura filosófica, traz consigo as questões filosóficas contempladas por diversos pensadores





em suas respectivas épocas, constituindo-se em elemento com grande potencialidade de aglutinar a todos.

Ao mesmo tempo em que o repertório é ampliado pela literatura filosófica, há uma especificidade na escrita filosófica que implica em um tipo de leitura e interpretação que, por sua vez, constrói uma lógica de pensar. Não se lê um texto filosófico como se lê um romance ou uma nota no jornal. Cada gênero literário tem sua lógica e pede do leitor tal habilidade. No texto filosófico se faz presente o rigor, a articulação e, a busca pela palavra significativa do pensamento ou do objeto pensado. Isto tudo é aumentar o repertório do grupo para aquilo que está posto como desafio, a recordar, buscar palavras que produzam significados comuns a todos sobre o mundo em que vivem. Uma aproximação de ideias que contribui com a ruptura do fechamento pela via do silêncio ou da postura exacerbada do subjetivismo.

### 3. Possibilitar espaços de construções comuns

A perseguição pela palavra que signifique o mundo de tal forma que se crie significados comuns necessita de interlocutores. Não é um trabalho isolado, ainda que cada indivíduo seja convidado a fazer a sua elaboração. Eis, portanto, o ápice do desafio de educar tal como se construiu neste texto. Fazer filosofia ou, então, pensar filosoficamente, ou ainda, iniciar-se no universo do pensamento filosófico é colocar-se frente ao pensamento do outro. No limite. É pensar sobre e com o outro. Portanto, guardadas as legítimas individualidades, o desafio em sala de aula é preservá-las, mas, dentro de discursos, leituras, reflexões que produzam significados comuns.

A ênfase aqui é fazer com que este indivíduo, o novo, ensimesmado tenha a sala de aula como lugar comum para construir significados comuns para si e para os demais. Todos os apelos privados e, até mesmo, legítimos do porque estar neste espaço escolar, precisa ser ressignificados frente a este desafio que se coloca pela filosofia, na pessoa do professor de filosofia. A efetivação da sala de aula como espaço de construções comuns promove a ressignificação da relação ‘eu’ e o ‘outro’, nas perspectivas antropológica, ética e política. A possibilidade concreta de compor com ele, mesmo sendo diferente.





## Últimas considerações

A proposição concreta para que a educação escolar seja pública e nesta condição auxilie os novos a serem “formadores de opinião” dinamiza a Lei 10.639/03 conferindo à população negra de estudantes o efetivo uso da palavra para que possam expressar com mais propriedade as suas visões de mundo. Esta condição extrapola a formalidade muitas vezes contida nos discursos pró-igualdade, pois na condição de “formadores de opinião” esta fala quer ser ouvida, considerada e tomada como contribuição efetiva na leitura e na ressignificação do mundo.

A agenda social que é de todos, pois os temas afetam a todos, não pode se pautar por demandas de um grupo específico, muito menos pelas demandas de uma só pessoa. A mesmo se dirá da abordagem da pauta que será enriquecida se outras formulações forem apresentadas. A palavra dita pelo comentarista negro em meio à jornada esportiva ou nos programas afins soma significativamente para todos naquele esforço de superação daquelas situações que afastam as pessoas de sua humanização.

O que se apresenta é urgente em todos os setores da sociedade, mas em dois locais específicos são gritantes: naqueles setores decisórios tais como o político, o econômico, o de planejamento. O outro é refere-se à mídia. Este último é nevrálgico pois é ao mesmo termômetro, é motor e muitas vezes é o condutor de todo o processo pró humanização ou contra este processo. Possibilitar via à educação escolar o exercício prático e consistente da fala enquanto “formador de opinião”, o comentarista de todos os temas relevantes da sociedade em todas as mídias é pautar e direcionar o conhecimento como algo público que é.

A ressalva, contudo a ser observada é esta: a educação escolar pública para que se tenham novos “formadores de opinião” tem presente a formulação de Freire (1987): “[...] a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores.” (p. 30) Neste sentido não se trata de tomar a voz do outro, mas imprimir a dinâmica daquele que quer a emancipação de todos promovendo justiça e dignidade por meio do exercício da fala.







## Referências

- ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. RJ: Paz e Terra, 1995.
- ARENDT, Hannah. *A crise na educação*. In: Entre o Passado e o Futuro. SP: Perspectiva, 2003.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Brasília: UNB, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. RJ: Jorge Zahar Editor, 1998.
- COMPARATO, Fábio K. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. SP: Editora Saraiva, 2003.
- CONAE [http://conae2014.mec.gov.br/imagens/pdf/doc\\_referencia.pdf](http://conae2014.mec.gov.br/imagens/pdf/doc_referencia.pdf)
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. RJ: Paz e Terra, 1987.
- GOMES, Nilma Lino. *Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório*. In: FONSECA, Marcus V., SILVA, Carolina M. N., FERNANDES, Alexandra B. (orgs.) *Relações étnico-raciais e educação no Brasil*. BH: Mazza Edições, 2011.
- LEI 10.639/03 [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)
- LDB [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)
- LIBÂNEO, Carlos José. *Organização e Gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.